



# MÉDIO TEJO

## COMUNIDADE INTERMUNICIPAL

Fornecimento e Instalação de Sinalética das Rotas e Percursos no  
Médio Tejo

---

CP/02/2018

### CADERNO DE ENCARGOS

**COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DO MÉDIO TEJO  
(SEDE)**

Convento de São Francisco  
Apartado 4 - 2304-909 Tomar  
T 249 730 060 - F 249 730 069  
geral@cumt.pt  
Lat: 39°25'15.20"N Long: 8°24'15.50"W

**PÓLO DE ABRANTES**

Rua D. António Prior do Crato, n.º115  
2200-086 Abrantes  
T 241 361 000 - F 249 730 069  
geral@cumt.pt  
Lat: 39°27'52.90"N Long: 8°12'38.31"W

**PÓLO DE CONSTÂNCIA**

Rua dos Bombeiros Voluntários, n.º1, 1.º andar  
2250-028 Constância  
T 249 730 190 - F 249 730 199  
geral@cumt.pt  
Lat: 39°28'40.24"N Long: 8°20'12.60"W

CP/02/2018 - Fornecimento e Instalação de Sinalética das Rotas e Percursos no Médio Tejo  
Caderno de Encargos

**ÍNDICE**

CLAUSULAS JURIDICAS .....	1
Cláusula 1.ª Objeto .....	1
Cláusula 2.ª Lotes .....	1
Cláusula 3.ª Âmbito geográfico .....	1
Cláusula 4.ª Contrato .....	1
Cláusula 5.ª Prazo .....	2
Cláusula 6.ª Âmbito dos trabalhos .....	2
Cláusula 7.ª Articulação e acompanhamento dos trabalhos .....	2
Cláusula 8.ª Conteúdo documental .....	2
Cláusula 8.ª Obrigações principais do prestador de serviços .....	3
Cláusula 9.ª Dever de sigilo .....	3
Cláusula 10.ª Preço contratual .....	4
Cláusula 11.ª Penalidades contratuais .....	4
Cláusula 12.ª Força maior .....	5
Cláusula 13.ª Resolução por parte do contraente público .....	5
Cláusula 14.ª Resolução por parte do prestador de serviços .....	6
Cláusula 15.ª Foro competente .....	6
Cláusula 16.ª Subcontratação e cessão da posição contratual .....	6
Cláusula 17.ª Comunicações e notificações .....	6
Cláusula 18.ª Contagem dos prazos .....	6
Cláusula 19.ª Legislação aplicável .....	6
CLAUSULAS TÉCNICAS .....	8
1. Elaboração do Projeto de Sinalética .....	8
2. Especificações da Sinalética a implementar .....	9
3. Instalação da Sinalética .....	11
4. Design gráfico e materiais de divulgação .....	12
5. Produção de relatório final e informação georreferenciada dos percursos e sinalética instalada ....	12

## CLAUSULAS JURIDICAS

### Cláusula 1.<sup>a</sup> Objeto

Constitui objeto do contrato, o fornecimento e instalação de sinalética das rotas e percursos no Médio Tejo, incluindo os trabalhos prévios de validação e afinação no terreno do projeto de sinalética, o apoio no processo de homologação dos percursos pedestres, a conceção gráfica dos suportes informativos e a produção de outputs finais do projeto, nomeadamente relatório técnico dos percursos e informação georreferenciada da sinalética implementada.

### Cláusula 2.<sup>a</sup> Lotes

O procedimento divide-se nos seguintes lotes:

- **Lote 1: GR Tejo e Percursos Complementares GR Zêzere**, que inclui os seguintes percursos:
  - GR Tejo | Ortiga – Alvega
  - GR Tejo | Constância – Vila Nova da Barquinha
  - GR Tejo | Percurso Complementar Alvega
  - Ligação GR Tejo – GR Zêzere
  - GR Zêzere – Percurso Complementar Martinchel
  - GR Zêzere – Percurso Complementar Souto
- **Lote 2: GR Carso**

### Cláusula 3.<sup>a</sup> Âmbito geográfico

O âmbito geográfico considerado para os trabalhos a realizar corresponde à área territorial dos municípios de Abrantes, Alcanena, Constância, Mação, Ourém, Torres Novas e Vila Nova da Barquinha.

### Cláusula 4.<sup>a</sup> Contrato

- 1 — O contrato é composto pelo respetivo clausulado contratual e os seus anexos.
- 2 — O contrato a celebrar integra ainda os seguintes elementos:
  - a) Os suprimentos dos erros e das omissões do Caderno de Encargos identificados pelos concorrentes, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;
  - b) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao Caderno de Encargos;
  - c) O presente Caderno de Encargos;
  - d) A proposta adjudicada;
  - e) Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo adjudicatário.
- 3 — Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, a respetiva prevalência é determinada pela ordem apresentada no número anterior.
- 4 — Em caso de divergência entre os documentos referidos no n.º 2 e o clausulado do contrato e seus anexos, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos de acordo com o disposto no

CP/02/2018 - Fornecimento e Instalação de Sinalética das Rotas e Percursos no Médio Tejo  
Caderno de Encargos

artigo 99.º do Código dos contratos Públicos e aceites pelo adjudicatário nos termos do disposto no artigo 101.º desse mesmo diploma legal.

**Cláusula 5.ª**

**Prazo**

O contrato vigora pelo período de 7 meses a contar da data de outorga do contrato, observando-se os seguintes prazos intercalares:

- Fase 1: Projeto de sinalética e apoio à instrução do processo de homologação: até ao final do 2.º mês de execução do contrato
- Fase 2: Conceção gráfica dos materiais: até ao final do 3.º mês de execução do contrato
- Fase 3: Fornecimento e instalação da sinalética e entrega de relatório final: até ao final de execução do contrato.

**Cláusula 6.ª**

**Âmbito dos trabalhos**

Constituem trabalhos a realizar no âmbito da presente prestação de serviços:

- Elaboração do projeto de sinalética, a partir do estudo prévio das rotas e percursos constante do Anexo I ao caderno de encargos, e pressupondo a necessária validação e afinação no terreno;
- Apoio à instrução e acompanhamento dos processos de parecer e licenciamento, nos casos aplicáveis (ICNF; I.P.), designadamente tendo em conta os trabalhos preparatórios já realizados conforme Anexo II ao caderno de encargos;
- Apoio à instrução e acompanhamento do processo de homologação dos percursos junto da FPCM;
- Conceção gráfica dos painéis informativos, placas e leitores de paisagem, tendo por base o estudo preliminar das rotas e percursos conforme Anexo III ao caderno de encargos;
- Conceção gráfica de folheto / brochuras de divulgação das rotas e percursos, tendo por base o estudo preliminar das rotas e percursos conforme Anexo III ao caderno de encargos;
- Fornecimento e instalação da sinalética dos percursos pedestres;
- Produção de relatório final e informação georreferenciada dos percursos e sinalética instalada.
- Participação em reuniões com vista à articulação sobre o desenvolvimento dos trabalhos;

**Cláusula 7.ª**

**Articulação e acompanhamento dos trabalhos**

1 - Para o acompanhamento da execução do contrato, o prestador de serviços fica obrigado a manter, com uma periodicidade adequada e no mínimo mensal, reuniões de coordenação com os representantes da Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo, com o objetivo de alinhar o planeamento e definir as metodologias de trabalho a prosseguir para o desenvolvimento dos trabalhos do projeto

2 - O desenvolvimento dos trabalhos pressupõe a estreita articulação com a CIMT, Municípios envolvidos, parceiros do projeto e entidades relevantes para o adequado desenvolvimento dos trabalhos.

**Cláusula 8.ª**

**Conteúdo documental**

CP/02/2018 - Fornecimento e Instalação de Sinalética das Rotas e Percursos no Médio Tejo  
Caderno de Encargos

Atendendo ao âmbito dos trabalhos a desenvolver, considera-se o seguinte conteúdo documental inerente à prestação de serviços:

- Projeto de sinalética e informação necessária à instrução do processo de homologação;
- Proposta de design gráfico para os painéis informativos, placas, leitores de paisagem e folheto / brochuras de divulgação das rotas e percursos;
- Artes finais dos painéis informativos, placas, leitores de paisagem e folheto / brochuras de divulgação das rotas e percursos;
- Relatório final e informação georreferenciada dos percursos e sinalética instalada, incluindo em formato gpx

**Cláusula 8.ª**

**Obrigações principais do prestador de serviços**

1 — Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no Caderno de Encargos ou nas cláusulas contratuais, da celebração do contrato decorrem para o prestador de serviços as seguintes obrigações principais:

- a) Obrigação de executar os trabalhos adjudicados, com observância das normas legais e regulamentares aplicáveis e em respeito pelos princípios de ética profissional, isenção, independência, zelo e competência;
- b) Obrigação de cumprir as disposições para a realização dos trabalhos constantes do Caderno de Encargos e Proposta apresentada, e demais elementos integrantes do Contrato a celebrar;
- c) Obrigação de realizar os trabalhos nas condições de prazo e preço contratados;
- d) Obrigação de prestar as informações que lhe forem solicitadas pela entidade adjudicante, no âmbito do desenvolvimento dos trabalhos;
- e) Obrigação de proceder à apresentação da documentação relevante no contexto da prestação de serviços conforme disposto no Caderno de Encargos;
- f) Obrigação de participar de forma ativa em reuniões de acompanhamento e proporcionar uma correta articulação dos trabalhos com os objetivos e orientações da entidade adjudicante.

2 — A título acessório, o prestador de serviços fica ainda obrigado, designadamente, a recorrer a todos os meios humanos, materiais e informáticos que sejam necessários e adequados à prestação do serviço, bem como ao estabelecimento do sistema de organização necessário à perfeita e completa execução das tarefas a seu cargo.

**Cláusula 9.ª**

**Dever de sigilo**

1 — O prestador de serviços deve guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa à Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo de que possa ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato.

2 — A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do contrato.

3 — Exclui-se do dever de sigilo previsto a informação e a documentação que fossem comprovadamente do domínio público à data da respetiva obtenção pelo prestador de serviços ou que este seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.

CP/02/2018 - Fornecimento e Instalação de Sinalética das Rotas e Percursos no Médio Tejo  
Caderno de Encargos

4 - O dever de sigilo mantém-se em vigor até ao termo do prazo de 5 anos a contar do cumprimento ou cessação, por qualquer causa, do contrato, sem prejuízo da sujeição subsequente a quaisquer deveres legais relativos, designadamente, à proteção de segredos comerciais ou da credibilidade, do prestígio ou da confiança devidos às pessoas coletivas.

**Cláusula 10.ª**  
**Preço contratual**

1 — Pela prestação dos serviços objeto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente Caderno de Encargos, a Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo deve pagar ao prestador de serviços o preço constante da proposta adjudicada.

2 — O preço referido no número anterior inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída ao contraente público, [incluindo as despesas de alojamento, alimentação e deslocação de meios humanos, despesas de aquisição, transporte, armazenamento e manutenção de meios materiais bem como quaisquer encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes ou licenças].

3 — Para a aquisição de serviços a que se refere o presente Caderno de Encargos, fixa-se como parâmetro base do preço contratual os seguintes valores máximos para cada um dos lotes:

- Parâmetro base do preço contratual para o Lote 1: 85.000,00€
- Parâmetro base do preço contratual para o Lote 2: 125.000,00€

4 — O plano de pagamentos correspondente a cada fase atenderá aos valores unitários indicados na proposta adjudicada para os trabalhos a desenvolver e bens a fornecer. Os valores a pagar pelo fornecimento e instalação de sinalética serão apurados tendo em conta a sinalética efetivamente fornecida e instalada (de acordo com o plano de sinalética final elaborado na fase 1 da prestação de serviços) e considerando os correspondentes preços unitários constantes da proposta adjudicada.

5 — Caso não seja exigível a prestação de caução, pode a entidade adjudicante, se considerar conveniente, proceder à retenção de até 10% do valor dos pagamentos a efetuar, nos termos do disposto no n.º 3 do art.º 88.º do Código dos Contratos Públicos.

**Cláusula 11.ª**  
**Penalidades contratuais**

1 — Pelo incumprimento de obrigações emergentes do contrato, a Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo pode exigir do prestador de serviços o pagamento de uma pena pecuniária, a fixar em função da gravidade do incumprimento, até ao montante de 20% do preço contratual;

2 — Na determinação da gravidade do incumprimento, a Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo tem em conta, nomeadamente, a duração da infração, a sua eventual reiteração, o grau de culpa do prestador de serviços e as consequências do incumprimento.

3 — A Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo pode compensar os pagamentos devidos ao abrigo do contrato com as penas pecuniárias devidas nos termos da presente cláusula.

CP/02/2018 - Fornecimento e Instalação de Sinalética das Rotas e Percursos no Médio Tejo  
Caderno de Encargos

4 — As penas pecuniárias previstas na presente cláusula não obstam a que a Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo exija uma indemnização pelos danos excedentes.

**Cláusula 12.<sup>a</sup>**

**Força maior**

1 — Não podem ser impostas penalidades ao prestador de serviços, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respetiva realização, alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.

2 — Podem constituir força maior, se se verificarem os requisitos do número anterior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.

3 — Não constituem força maior, designadamente:

- a) Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do prestador de serviços, na parte em que intervenham;
- b) Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do prestador de serviços ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;
- c) Determinações governamentais, administrativas, ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo prestador de serviços de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;
- d) Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo prestador de serviços de normas legais;
- e) Incêndios ou inundações com origem nas instalações do prestador de serviços cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
- f) Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do prestador de serviços não devidas a sabotagem;
- g) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.

4 — A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte.

5 — A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.

**Cláusula 13.<sup>a</sup>**

**Resolução por parte do contraente público**

1 — Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, a Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo reserva-se ao direito de a qualquer momento proceder à livre resolução do contrato, desde que notificado ao prestador de serviços com uma antecedência mínima de 30 dias. Em caso de livre resolução, apenas são devidas ao prestador de serviços as parcelas de pagamentos mensais a que se refere o n.º 4 da cláusula 10.<sup>a</sup> correspondentes ao período de efetiva vigência da prestação de serviços.

2- A Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo pode ainda resolver o contrato, a título sancionatório, no caso de o prestador de serviços violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem.

#### **Cláusula 14.ª**

##### **Resolução por parte do prestador de serviços**

1 — Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, o prestador de serviços pode resolver o contrato quando qualquer montante que lhe seja devido esteja em dívida há mais de 120 dias ou o montante em dívida exceda 75% do preço contratual, excluindo juros.

2 — O direito de resolução é exercido por via judicial.

3 — Nos casos previstos no n.º 1, o direito de resolução pode ser exercido mediante declaração enviada à Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo, que produz efeitos 30 dias após a receção dessa declaração, salvo se este último cumprir as obrigações em atraso nesse prazo, acrescidas dos juros de mora a que houver lugar.

4 — A resolução do contrato nos termos dos números anteriores não determina a repetição das prestações já realizadas pelo prestador de serviços, cessando, porém, todas as obrigações deste ao abrigo do contrato.

#### **Cláusula 15.ª**

##### **Foro competente**

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulado o Tribunal Administrativo de Leiria, com expressa renúncia a qualquer outro.

#### **Cláusula 16.ª**

##### **Subcontratação e cessão da posição contratual**

A subcontratação pelo prestador de serviços e a cessão da posição contratual por qualquer das partes depende da autorização da outra, nos termos do Código dos Contratos Públicos.

#### **Cláusula 17.ª**

##### **Comunicações e notificações**

1 — Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do contrato, estas devem ser dirigidas, nos termos do Código dos Contratos Públicos, para o domicílio ou sede contratual de cada uma, identificados no contrato.

2 — Qualquer alteração das informações de contacto constantes do contrato deve ser comunicada à outra parte.

#### **Cláusula 18.ª**

##### **Contagem dos prazos**

Os prazos previstos no contrato são contínuos, correndo em sábados, domingos e dias feriados.

#### **Cláusula 19.ª**

##### **Legislação aplicável**



CP/02/2018 - Fornecimento e Instalação de Sinalética das Rotas e Percursos no Médio Tejo  
Caderno de Encargos

O contrato é regulado pela legislação portuguesa.

## CLAUSULAS TÉCNICAS

### 1. Elaboração do Projeto de Sinalética

- 1.1 A entidade adjudicatária deverá elaborar o projeto de implementação dos percursos, tendo por base o estudo prévio das rotas e percursos que se apresenta em anexo, e procedendo à validação e afinação no terreno do projeto de sinalética, que deverá ser apresentado contendo pelo menos os seguintes elementos:
- Descrição geral do percurso
  - Descrição sumária do percurso, em ambos os sentidos;
  - As características mais relevantes e consideradas pertinentes da área e locais por onde passa o percurso, geologia, fauna, flora, arquitetura, monumentos, gastronomia, artes e tradições, entre outras;
  - Uma ficha técnica na qual conste obrigatoriamente o seguinte:
    - Nome do percurso;
    - Localização e respetiva região;
    - Acessos, estradas que conduzem aos pontos de partida e de chegada;
    - Tipo do percurso GR, PR ou Percurso Complementar, linear ou circular, generalista ou temático;
    - Pontos de partida e de chegada, com a indicação dos nomes e coordenadas GPS;
    - Distância em quilómetros;
    - Desníveis acumulados em metros;
    - Altitude máxima e altitude mínima em metros;
    - Duração em horas e/ou dias;
    - Grau de dificuldade, I- muito fácil II- fácil, III- algo difícil, IV-difícil, V- muito difícil;
    - Época aconselhada;
  - O traçado do percurso marcado na Carta Militar de Portugal, do Instituto Geográfico do Exército, na escala de 1/25000, bem como localização (georreferenciação) dos pontos de Interesse do Percurso;
  - Um perfil do percurso, com indicações das altitudes principais;
  - A tipologia da sinalização complementar, figuras dos painéis informativos, das placas e postes, com as respetivas dimensões e tipologia da informação incluída, bem como, os materiais utilizados e o número de unidades de cada tipologia necessário para marcar o percurso;
  - Os elementos necessários para a solicitação das autorizações necessárias de cedência de passagem, concedidas pelos proprietários ou gestores dos terrenos para a circulação de pessoas, a marcação do percurso e a implantação de sinalização complementar, assim como autorizações ou pareceres favoráveis de outras entidades sempre que o percurso atravessasse áreas com legislação específica e assim exija;
  - Os elementos necessários para a instrução do processo de homologação do percurso junto da FPCM;
  - Calendarização da fase de implantação no terreno;
  - Projeto de divulgação e suporte informativo: folhetos / brochuras, entre outros;
  - Informação sobre eventuais situações em que seja necessário efetuar obras de recuperação ou melhoramento de troços do percurso, bem como no caso de ser necessário instalar equipamentos de segurança, corrimões, escadas, pontes, ou outras;
  - A definição / validação do traçado do percurso pedestre deverá ter em conta:
    - Escolher, na medida do possível, caminhos de terra-batida e/ou empedrados;
    - Preferir os caminhos tradicionais e históricos, mesmo que se exija a sua recuperação;

CP/02/2018 - Fornecimento e Instalação de Sinalética das Rotas e Percursos no Médio Tejo  
Caderno de Encargos

- Evitar, tanto quanto possível, as estradas asfaltadas e/ou frequentadas por veículos motorizados;
- Efetuar uma derivação sempre que se considere necessário atingir um ponto notável, monumento, ruínas, fonte, miradouro, alojamento ou local de reabastecimento afastado;
- Evitar a marcação em caminhos privados, dando preferência a caminhos públicos ou de serventia;
- Articular, sempre que possível, com a rede de percursos pedestres existentes, especialmente com Grandes Rotas de carácter estruturante.

1.2 Os percursos pedestres que se realizem em áreas protegidas deverão obedecer ao estabelecido na declaração de classificação da área e, caso exista, no Plano de Ordenamento da Área Protegida e ter, o parecer favorável do órgão competente da gestão da área.

1.3 Os percursos pedestres que decorram em espaço rural ou florestal de acordo com a definição constante no Decreto-Lei n.º 124/2006 agora republicado no Decreto-Lei n.º 17/2009 de 14 de Janeiro, deverão os seus projetos ser submetidos a avaliação prévia da Comissão Municipal de Defesa da Floresta e cumprir o estipulado na Portaria n.º 1140/2006 de 25 de Novembro.

1.4 Os percursos pedestres deverão ter em conta os requisitos necessários para a respetiva homologação por parte da FPCM.

## 2. Especificações da Sinalética a implementar

### 2.1 Lote 1: GR Tejo e Percursos Complementares GR Zêzere

- **Placas Informativas:** Placa retangular com dimensões de 500\*300mm, produzida em compacto fenólico para exterior de 10mm de espessura, de cor castanho sólido em ambas as faces, com gravação de informação em CNC e pintura a tinta de poliuretano de 2 componentes. Personalização da placa com logotipos e n.º de registo do percurso pedestre. Poste de suporte da placa com 2000\*100mm, em madeira tratada. Sistema de fixação da placa ao poste.

- **Painel Informativo:** Painel Informativo composto por uma estrutura em plástico 100% reciclado e compacto fenólico de exterior de 13 mm; com painel interior em PVC de 10 mm de espessura, impressão de texto e imagens a várias cores sobre vinil com acabamento laminado. Estrutura de suporte em madeira tratada. Dimensões: Área de impressão: 1180\*880mm; Secção da estrutura: 150\*80mm; Altura total: 2600mm; Altura livre: 2100mm.

- **Balizas / Marcas Direcionais, a aplicar no percurso complementar Alvega:** Maciço em betão, dimensões 1100\*200\*200mm, EN 206-1; Aço A500 ER, Acabamento suficientemente liso com concavidades não superiores a 18mm e 5mm de profundidade.

CP/02/2018 - Fornecimento e Instalação de Sinalética das Rotas e Percursos no Médio Tejo  
Caderno de Encargos

- **Balizas / Marcas Direcionais, a aplicar nos restantes percursos do Lote 1:** Balizas para percursos pedestres em madeira tratada ou em plástico 100% reciclado, com dimensões 1400\*120\*65mm, marcas em compacto fenólico embutido, com possibilidade de personalização / gravação de logo.

- **Placa Direcional:** Placa direcional construída em compacto fenólico para exterior castanho sólido de 10mm de espessura com gravação de informação em 2 linhas, matrícula, e marcas em CNC, com pintura a tinta de poliuretano de 2 componentes. Dimensões de 125\*650mm. Deverá permitir gravação nas duas faces bem como possibilidade de aplicar 2 ou mais placas direcionais no mesmo poste. Poste de suporte da placa com 2000\*100mm, em madeira tratada. Sistema de fixação da placa ao poste. As placas direcionais deverão ser instaladas em locais de maior visibilidade ou que possam gerar dúvidas na orientação do pedestrianista, bem como nas interseções com outros percursos pedestres, indicando sempre a direção e a distância a pontos de interesse. Todas as placas direcionais de percurso pedestre têm um quadrado vermelho com o número de registo do percurso nas cores de pequena ou grande rota (amarelo ou branco), e dois triângulos nas mesmas cores (vermelho e amarelo/branco).

- **Leitores de Paisagem:** Estrutura em madeira tratada com 2 pés de secção 150\*80 e tampo em compacto fenólico de 13mm de espessura. O tampo apresenta a informação através de impressão digital de texto e imagens a várias cores sobre vinil com acabamento laminado.  
Dimensões: Altura total: 1500mm; Altura livre: 1100 mm; Área total: 1200\*675mm; Área de impressão: 1040\*660mm; Secção: 150\*80mm; Ângulo do painel em relação ao solo: 15°.

- **Pintura das marcas direcionais em elementos existentes:**

Pinturas de marcas direcionais em elementos físicos existentes, naturais ou construídos, em tinta de esmalte aquoso acrílico, de acordo com as normas internacionais de percursos pedestres, incluindo preparação da base.

## 2.2 Lote 2: GR Carso

Sinalética de acordo com a Portaria n.º 98/2015, de 31 de março:

- **Painel Pequeno:** Painel pequeno ICNF composto por uma estrutura em plástico 100 % reciclado e um painel interior com impressão digital estratificada, de 8mm de espessura de uma face. Dimensões: Área de impressão = 880x480mm; Secção da estrutura = 150x80mm; Altura total = 2820 mm; Altura livre = 2320 mm.

- **Painel Grande:** Painel grande ICNF composto por uma estrutura em plástico 100 % reciclado e um painel interior com impressão digital estratificada, de 8mm de espessura de uma face. Dimensões: Área de impressão = 1680x1180mm; Secção da estrutura = 150x80mm; Altura total = 2820 mm; Altura livre = 2320 mm.

- **Mesa Interpretativa:** Mesa interpretativa grande ICNF, com estrutura e caixilho em plástico 100% reciclado que envolve a placa de compacto fenólico com impressão digital estratificada, de 13mm de

CP/02/2018 - Fornecimento e Instalação de Sinalética das Rotas e Percursos no Médio Tejo  
Caderno de Encargos

espessura. Quatro pés de secção generosa suportam o painel que faz um angulo de 15º em relação ao solo, para uma perfeita leitura do conteúdo. Dimensões: Altura total = 1440mm; Largura = 1420mm; Área de impressão = 1260x960mm; Secção: 150\*80mm; Ângulo do painel em relação ao solo = 15º.

- **Totem Direcional:** Elemento vertical ICNF, de sinalização direcional, destinado à indicação de direção para pontos de interesse, serviços ou interdições, construída em compacto fenólico para exterior com 10mm de espessura, com gravação de informação em CNC, com pintura a tinta poliuretano bicomponente, recomendada para as marcas de percursos pedestres, com informação em uma ou duas faces e incluindo sistema de fixação da placa ao poste. Poste em plástico 100% reciclado, de secção retangular de secção 80\*150mm e 2300mm de altura para fixação de placas direcionais. Dimensões: 80\*150\*2300mm - para uma altura livre de 1900mm.

- **Totem de Atividade / Percursos:** Totem de atividade/percurso/serviço ICNF em plástico 100% reciclado com secção retangular de 150x80mm e placa em compacto fenólico com impressão digital estratificada, de 8mm de espessura, numa face. Dimensões: Altura total = 2740mm; Altura livre = 2240mm; Área de Impressão = 150\*1240 mm; Secção = 150x80mm.

- **Balizas / Marcas Direcionais:** Balizas para percursos pedestres em madeira tratada ou em plástico 100% reciclado, com dimensões 1400\*120\*65mm, marcas em compacto fenólico embutido, com possibilidade de personalização / gravação de logo.

### 3. Instalação da Sinalética

- 3.1 A implantação dos percursos pedestres será efetuada com as marcas, que constituem a sinalização fundamental para a orientação de pedestrianista e devem estar colocadas no terreno de forma a permitir que o mesmo seja percorrido em ambos os sentidos, por qualquer pedestrianista, mesmo o mais inexperiente.
- 3.2 As marcas a implementar devem respeitar o Regulamento de Homologação de Percursos Pedestres da FCMP.
- 3.3 A colocação das marcas deve privilegiar a segurança e devem ser colocadas em locais que permitam a sua visibilidade a uma distância razoável e serem pintadas com rigor.
- 3.4 As marcas devem ser usadas apenas na medida do necessário, nem a menos porque pode criar problemas de orientação, nem a mais pelo impacte ambiental escusado que poderá originar.
- 3.5 Os suportes onde se colocam as marcas devem ser escolhidos com o devido cuidado, para garantir solidez e durabilidade.
- 3.6 A colocação de marcas em edificações deve ser bastante ponderada e exige autorização prévia dos proprietários.
- 3.7 Não se devem colocar marcas em monumentos, cruzeiros, alminhas, fontes ou outras construções de valor histórico e/ou arquitetónico.

- 3.8 As placas direcionais devem ser colocadas em cruzamentos, entroncamentos ou outros locais que se revelem necessários, servindo também para indicar a direção e a distância a pontos de interesse.

#### **4. Design gráfico e materiais de divulgação**

A entidade adjudicatária será responsável pela conceção e reprodução gráfica de material de divulgação, nomeadamente folheto / brochuras (pelo menos 3000 folhetos por GR), contendo, pelo menos, os seguintes elementos:

- Nome/denominação percurso
- Tipo de percurso
- Descrição do percurso e tipologia
- Perfil do percurso
- Entidade promotora
- Mapa percurso (implantação cartográfica escala 1:25.000)
- Enquadramento do percurso
- Localização (com mapa)
- Âmbito do percurso
- Ponto de partida (indicar coordenadas GPS)
- Distância percorrida
- Duração do percurso
- Grau de dificuldade
- Regulamento / código ética / segurança / normas de comportamento de pedestrianista
- Sinalética utilizada (exemplificada)
- Identificação pontos de interesse
- Número de telefone/contactos importantes
- Logotipos institucionais e de cofinanciamento

#### **5. Produção de relatório final e informação georreferenciada dos percursos e sinalética instalada**

No final dos trabalhos deverá ser entregue relatório final contendo informação pormenorizada sobre a localização e características de cada um dos elementos de sinalética implementados, incluindo registo fotográfico dos locais, artes finais de todos os painéis informativos, leitores de paisagem / mesas interpretativas, bem como disponibilização de informação georreferenciada, em formato GPX, compatível e com informação completa e adequada para divulgação das rotas e percursos na APP turística em uso na CIMA e nos Municípios.